

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1479754 - SP (2019/0090874-4)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : FUNDACAO UNIESP DE TELEDUCACAO**  
**ADVOGADOS : TARIK ALVES DE DEUS - MS013039**  
**TATIANE FUGA ARAÚJO - SP289968**  
**JOÃO PEDRO PALHANO MELKE - SP403601**  
**MELKE E PRADO SOCIEDADE DE ADVOGADOS - SP027592**  
**AGRAVADO : TAIS RODRIGUES PEDROSO**  
**ADVOGADOS : ANDREA LUCIA TOTA RODRIGUES - SP213610**  
**LIDIA MARA TOTA - SP289815**  
**INTERES. : SOCIEDADE EDUCACIONAL DE BOITUVA LTDA**  
**INTERES. : INSTITUTO EDUCACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - IESP**  
**OUTRO NOME : FACULDADES INTEGRADAS BRASILEIRAS**  
**ADVOGADO : TATIANE FUGA ARAÚJO - SP289968**  
**INTERES. : FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS NAO-PADRONIZADOS MULTIMERCADO UNP**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**  
**INTERES. : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS - SP295139**  
**JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - SP353135**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA.

1. De acordo com o que dispõem o art. 1.021, § 1º, do CPC/2015 e a Súmula 182 do STJ, a parte deve infirmar, nas razões do agravo interno, todos os fundamentos da decisão atacada, sob pena de não ser conhecido o seu recurso.
2. Hipótese em que o recorrente não se desincumbiu do ônus de impugnar, de forma clara e objetiva, os motivos da decisão ora agravada.
3. Agravo interno não conhecido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o

# *Superior Tribunal de Justiça*

Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 11 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria  
Relator